



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJSP - POLÍCIA FEDERAL
SERVIÇO ESPECIAL DE CANIL CENTRAL - SECAN/CRD/CGPRE/DICOR/PF

TIC - ETP - Estudo Técnico Preliminar Contratação

Processo nº 08200.044535/2024-23

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR DA CONTRATAÇÃO

1. INFORMAÇÕES BÁSICAS

1.1. Processo: 08200.003705/2023-39

1.2. Objeto: Contratação de empresa especializada para realizar manutenção da piscina do SECAN/CRD/CGPRE/DICOR/PF

2. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO, CONSIDERADO O PROBLEMA A SER RESOLVIDO SOB A PERSPECTIVA DO INTERESSE PÚBLICO;

2.1. A Contratação dos serviços indicados neste estudo visa à manutenção da piscina do Serviço Especial de Canil Central da PF (SECAN/CRD/CGPRE/DICOR/PF), que é utilizada para a formação e treinamento dos cães de trabalho da Polícia Federal.

2.2. De fato, os exercícios na piscina fortalecem a estrutura física dos animais, que se submetem a exaustivos treinos diários, além de participarem de missões policiais que englobam, mormente, varreduras para a detecção de explosivos; localização de drogas em locais, pessoas e veículos.

2.3. A manutenção da piscina elimina riscos à saúde dos animais e dos agentes que atuam no SECAN, uma vez que a limpeza periódica da água impede a proliferação de mosquitos, bactérias e micro-organismos causadores de doenças.

2.4. O Serviço Especial de Canil Central é o setor responsável pelo gerenciamento do programa de cães de trabalho da PF.

2.5. De acordo com a Instrução Normativa nº 13/2005-DG/DPF, entre outras atribuições, compete ao SECAN: *“Planejar, controlar, orientar, avaliar, executar e fiscalizar a execução das atividades de treinamento, alimentação, proteção, cuidados médicos e demais medidas relacionadas ao bem-estar dos animais sob sua responsabilidade;”*

2.6. A Portaria nº 15.963-DG/PF, de 16 de fevereiro de 2022, disciplina as atividades especializadas do Serviço Especial de Canil Central e estabelece os procedimentos operacionais e administrativos dos Canis Regionais.

2.7. Os dispositivos abaixo dessa portaria ilustram o papel do SECAN relacionado à manutenção do efetivo canino da PF, abordando-se a forma de aquisição e descarte dos semoventes, bem como a responsabilidade pelo ciclo de reprodução e distribuição para os Canis Regionais, após **a formação e adestramento**, nestes termos:

Art. 7º As atividades da Área de Ensino e da Área de Desenvolvimento Técnico e Procedimento Operacional compreendem o seguinte:

I - providenciar o planejamento anual dos cursos;

II - promover a seleção de policiais federais e servidores conveniados para participarem dos cursos a serem instituídos pela ANP/DGP/PF;

III - preparar e controlar o material a ser usado no treinamento com os cães utilizados nos cursos;

IV - planejar, coordenar e executar a distribuição de drogas, substâncias miméticas e explosivos utilizados nos cursos, de acordo com as normas vigentes; V - controlar o armazenamento e o quantitativo das drogas, das substâncias miméticas e dos explosivos utilizados nos cursos;

VI - registrar as reclamações sobre faltas cometidas por servidores e/ou alunos durante a realização dos cursos;

VII - selecionar os cães para treinamento, certificação e doação;

VIII - orientar, fiscalizar e supervisionar tecnicamente as atividades desenvolvidas pelos canis regionais;

IX - promover a difusão de normas e diretrizes da Direção-Geral da Polícia Federal acerca das atividades relacionadas com as atribuições do SECAN/CRD/CGPRE/DICOR/PF, orientando e padronizando os procedimentos operacionais;

X - pesquisar e difundir ao corpo docente do SECAN/CRD/CGPRE/DICOR/PF conhecimentos técnico-científicos, bem como procedimentos operacionais, relacionados ao emprego de cães de trabalho nas áreas de atribuição da Polícia Federal;

XI - elaborar rotina de treinamento e desenvolvimento com os cães, registrando os resultados em planilhas próprias;

XII - dar suporte à chefia do SECAN/CRD/CGPRE/DICOR/PF na proposição e na elaboração de convênios com órgãos nacionais, internacionais e entidades congêneres que desempenhem atividades correlatas ao SECAN/CRD/CGPRE/DICOR/PF;

XIII - realizar novo treinamento dos operadores de cães e dos cães anteriormente certificados, que não atendam aos critérios de qualidade exigidos, conforme o disposto no art. 37 deste normativo; e

XIV - propor e coordenar a realização de operações com emprego de cães de trabalho em ambientes diferentes daqueles utilizados em Curso de Operador de Cães.

3. ÁREA REQUISITANTE

3.1. SERVIÇO ESPECIAL DE CANIL CENTRAL - SECAN/CRD/CGPRE/DICOR/PF

4. DESCRIÇÃO DOS REQUISITOS NECESSÁRIOS E SUFICIENTES À ESCOLHA DA SOLUÇÃO, PREVENDO CRITÉRIOS E PRÁTICAS DE SUSTENTABILIDADE;

4.1. Realizar a prestação de serviço de manutenção preventiva, limpeza, conservação e monitoramento da piscina de treinamento de cães do SECAN/DIREN/CGPRE/DICOR/PF com o fornecimento de material, sem dedicação exclusiva de mão de obra.

4.2. A piscina objeto do Contrato é de fibra. Possui as seguintes medidas aproximadas: 8m (oito metros) de comprimento; 3,5m (três metros e cinquenta) de largura; profundidade variável de 1,3m (um metro e trinta) a 1,5m (um metro e cinquenta). O volume aproximado é de 39m³ (trinta e nove metros cúbicos) e está equipada com uma bomba de sucção da marca DANKA de 3CV e filtro da marca ALBACETE.

4.3. A empresa deverá comprovar sua capacidade técnica e especialização por meio da apresentação dos comprovantes e documentos conforme prevê a legislação.

4.4. Os serviços de manutenção preventiva e limpeza consistirão no tratamento físico-químico da piscina.

4.4.1. O tratamento químico se baseará na verificação e controle dos níveis de alcalinidade, PH, cloro e turbidez da água, com aplicação de produtos químicos necessários a esse controle.

4.4.2. O tratamento físico será realizado através dos processos de limpeza do pré-filtro, retrolavagem do filtro, escovação das paredes internas e fundo da piscina, peneiramento para remoção dos objetos suspensos e depositados no fundo, aspiração de detritos e limpeza em geral.

4.3. Os serviços de manutenção preventiva e limpeza serão realizados em 02 (duas) visitas semanais, sendo executados normalmente às sextas-feiras, no turno vespertino e às segundas-feiras, no turno matutino.

4.3.1. Nas sextas-feiras, serão aplicados os produtos químicos necessários, de acordo com as medições dos níveis de PH, cloro e turbidez da água, realizada a escovação das paredes internas e fundo da piscina e a remoção dos objetos suspensos.

4.3.2. Nas segundas-feiras, serão realizadas, mormente, as seguintes ações: aspiração de detritos, limpeza do pré-filtro, retrolavagem do filtro, limpeza geral da casa de bomba e limpeza geral da área da piscina.

4.4. A CONTRATADA fornecerá todo o material de consumo e equipamentos necessários à limpeza da piscina.

4.5. Na execução dos serviços de limpeza só poderão ser utilizados produtos e equipamentos que atendam as Normas Técnicas e as regulamentações vigentes.

4.6. Após cada visita, a Contratada deverá apresentar “relatório de visita técnica” (Anexo IV, SEI [39953776](#)) à fiscalização para ciência e aprovação, onde deverão constar os serviços executados e as medições realizadas dos níveis de PH, cloro e turbidez da água.

4.7. Eventualmente poderão ser requisitadas pela fiscalização visitas técnicas em dias alternativos, incluindo finais de semana ou feriados, no período compreendido entre 08h e 18h, visando à correção de algum problema excepcional que porventura possa surgir, sem ônus adicional para o CONTRATANTE.

4.8. Caso ocorra algum fato alheio à vontade da CONTRATADA ou alguma anormalidade de caráter urgente que a impeça de realizar os serviços nos dias previstos, a CONTRATANTE deverá ser previamente informada por escrito, para posterior autorização de transferência das datas.

4.9. Para realização dos serviços, os funcionários da CONTRATADA deverão estar devidamente identificados com crachás ou uniformes da empresa, munidos de todos os equipamentos de proteção individual (EPI) necessários e exigidos pelas Normas Técnicas vigentes, devendo ser encaminhada previamente à fiscalização uma relação contendo os nomes e a identificação de todos os funcionários que prestarão serviço no SECAN.

4.10. O SECAN não autorizará a entrada de funcionário da CONTRATADA que não esteja devidamente uniformizado ou identificado e cujo nome não conste na relação citada no item anterior.

4.11. Trata-se de contratação de serviço continuado de mão de obra sem dedicação exclusiva.

4.12. A empresa a ser contratada deverá comprovar sua qualificação técnica e operacional por meio da apresentação dos seguintes documentos:

4.12.1 **No mínimo, 01 (uma) Certidão ou Atestado de Capacidade Técnica, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado**, comprovando que já executou objeto compatível, em prazo, com o que está sendo licitado, mediante a comprovação de experiência mínima de **03 (três) anos na execução de objeto compatível ao da contratação**, podendo ser aceito o somatório de atestados, conforme previsto na letra “b”, do item 10.6, do Anexo VII-A, da IN nº 05/2017-SEGES/MPDG;

4.12.1.1. O atestado deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente;

4.12.1.2. Somente serão aceitos atestados expedidos após a conclusão do contrato ou se decorrido, pelo menos, um ano do início de sua execução, exceto se firmado para ser executado em prazo inferior, conforme item 10.8 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP n. 5, de 2017.

4.12.1.3. Para a comprovação da experiência mínima de 3 (três) anos, será aceito o somatório de atestados de períodos diferentes, não havendo obrigatoriedade de os três anos serem ininterruptos, conforme item 10.7.1 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP n. 5/2017.

4.12.1.4. Poderá ser admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo do serviço, a apresentação de diferentes atestados de serviços executados de forma concomitante, pois essa situação se equivale, para fins de comprovação de capacidade técnico-operacional, a uma única contratação, nos termos do item 10.9 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP n. 5/2017.

4.12.1.5. O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados apresentados, apresentando, dentre outros documentos, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foram prestados os serviços, consoante o disposto no item 10.10 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP n. 5/2017.

4.12.2. Declaração de que possui ou que instalará escritório em Brasília, a ser comprovado no prazo máximo de 60 (sessenta) dias contados a partir da vigência do Contrato, dispondo de capacidade operacional para receber e solucionar qualquer demanda do Contratante, bem como, realizar todos os procedimentos pertinentes à seleção, treinamento, admissão e demissão dos funcionários, tendo em vista possibilitar a logística de execução do Contrato com eficácia, conforme previsto na letra “a”, do item 10.6, do Anexo VII-A da IN nº 05/2017-SEGES/MPDG;

4.12.3. **Declaração de que conhece as condições locais para execução do objeto ou que realizou vistoria no local do evento**, ou caso opte por não realizá-la, de que tem pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à natureza do trabalho, que assume total responsabilidade por este fato e que não utilizará deste para quaisquer questionamentos futuros que ensejem avenças técnicas ou financeiras com a PF, conforme prevista na letra “c”, do item 2.4, do Anexo V, da Instrução Normativa nº 5/2017-SEGES/MPDG.

4.13 Sustentabilidade Ambiental

4.13.1 Os materiais empregados e os serviços a serem executados deverão obedecer a todas as normas existentes atinentes ao objeto do Contrato, ou que venham a ser editadas durante a vigência da contratação, mais especificamente as seguintes normas:

- a) Instrução Normativa nº 01/2010-SLTI/MPOG, de 19 de janeiro de 2010 – que dispõe sobre critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, contratação de serviços ou obras pela Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional;
- b) Lei n.º 12.187, de 29 de dezembro de 2009 – que institui a Política Nacional sobre Mudança do Clima – PNMC;
- c) Lei n.º 10.295, de 17 de outubro de 2001 – que dispõe sobre a Política Nacional de Conservação e Uso Racional de Energia;
- d) Portaria nº 23-MPOG, de 12 de fevereiro de 2015, que estabelece boas práticas de gestão e uso de Energia Elétrica e de Água nos órgãos e entidades da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional e dispõe sobre o monitoramento de consumo desses bens e serviços.

4.13.2 Os serviços a serem contratados deverão pautar-se sempre no uso racional de recursos e equipamentos, de forma a evitar e prevenir o desperdício de insumos e materiais consumidos, bem como, a geração excessiva de resíduos, a fim de atender às diretrizes de responsabilidade ambiental;

4.13.3 As boas práticas de otimização de recursos, redução de desperdícios e menor poluição se pautam, entre outros, nos pressupostos e exigências discriminados abaixo, no que couber:

- a) Racionalização do uso de substâncias potencialmente tóxico-poluentes;
- b) Substituição de substâncias tóxicas por outras atóxicas ou de menor toxicidade;
- c) Racionalização/economia no consumo de energia (especialmente elétrica) e água;
- d) Reciclagem/destinação adequada dos resíduos gerados nas atividades de limpeza, asseio e conservação;
- e) Descarte adequado de materiais tóxicos como óleo de motor, lâmpadas fluorescentes e reatores, pilhas, baterias e etc., sempre apresentando a comprovação deste descarte, da forma ecologicamente correta;
- f) Os materiais empregados deverão atender à melhor relação entre custos e benefícios, considerando-se os impactos ambientais, positivos e negativos, associados ao produto.

4.13.4 A qualquer tempo poderá ser solicitada a apresentação de relação com as marcas e fabricantes dos produtos e materiais utilizados, podendo vir a ser solicitada a substituição de quaisquer itens por outros, com a mesma finalidade, considerados mais adequados do ponto de vista dos impactos ambientais;

4.13.5 A empresa a ser contratada deverá ainda, quando couber:

- a) Retirar, sob orientação da Fiscalização do Contrato, todos os materiais substituídos durante a realização de serviços, devendo apresentá-los à fiscalização para avaliação de reaproveitamento e/ou recolhimento a depósito indicado;
- b) Separar adequadamente todas as embalagens, restos de materiais e produtos, sobras de obra e entulhos, incluindo lâmpadas queimadas, cabos, restos de óleos e graxas, para posterior descarte, em conformidade com a legislação ambiental e sanitária vigentes;
- c) Separar lâmpadas e frascos aerossóis em geral descartados, acondicionando sempre em recipientes adequados para destinação específica;
- d) Desenvolver ou adotar manuais de procedimentos de descarte de materiais potencialmente poluidores, tais como: pilhas e baterias dispostas para descarte que contenham, em suas composições, chumbo, mercúrio e seus compostos, remetendo-os para os estabelecimentos que as comercializam ou à rede de assistência técnica autorizada pelas respectivas indústrias;
- e) Estabelecer, em comum acordo com a empresa Contratante, procedimentos e rotinas voltados ao monitoramento e melhoria contínua da eficiência energética e hidráulica da edificação e de seus equipamentos;
- f) Apresentar, periodicamente e sempre que demandada, dados acerca do desempenho elétrico e hidráulico da edificação e de seus equipamentos, bem como, informação a respeito das medidas adotadas para o incremento da eficiência dos mesmos;
- g) Conduzir suas ações em conformidade com os requisitos legais e regulamentos aplicáveis, observando também a legislação ambiental para a prevenção de adversidades ao meio ambiente e à saúde dos trabalhadores e envolvidos na prestação dos serviços;
- h) Observar a Resolução CONAMA n.º 401/2008, para a aquisição de pilhas e baterias para serem utilizadas nos equipamentos, bens e materiais de sua responsabilidade, respeitando os limites de metais pesados, como chumbo, cádmio e mercúrio;
- i) Observar a Resolução CONAMA nº 20, de 7/1994, quanto aos equipamentos de limpeza que gerem ruído no seu

- funcionamento, devendo os aparelhos possuir selo PROCEL, com indicativo de baixo consumo de energia, e selo RÚIDO, com baixa emissão de decibéis;
- j) Instruir seus funcionários a comunicar ao Contratante a ocorrências de defeitos nas instalações onde os serviços são prestados, como por exemplo: vazamentos na torneira ou no sifão do lavatório e chuveiros, saboneteiras e toalheiros quebrados, lâmpadas queimadas ou piscando, tomadas e espelhos soltos, fios desencapados, janelas, fechaduras ou vidros quebrados, tapete solto, entre outras;
- k) Autorizar a participação dos seus empregados em eventos de capacitação e sensibilização quanto à necessidade de racionalização de recursos no desempenho de suas atribuições, bem como, das diretrizes de responsabilidade ambiental adotadas, promovidos pela Contratante;
- l) Usar produtos de limpeza e conservação de superfícies e objetos inanimados que obedeçam às classificações e especificações determinadas pela ANVISA e INMETRO, conforme o caso, devendo ser priorizada a aquisição de produtos de limpeza com baixo teor de cloro, solventes, mercúrio, amoníaco e fosfato;
- m) Verificar se existem vazamentos de vapor ou ar nos equipamentos de limpeza, falhas no sistema de proteção elétrica e nas condições de segurança de extensões elétricas utilizadas em aspiradores de pó, enceradeiras, etc.;
- n) Realizar verificações constantes nos equipamentos disponibilizados para execução do Contrato e, quando for o caso, encaminhá-los para manutenções periódicas, evitando consumo desnecessário por falta de regulação adequada;
- o) Realizar a separação e acondicionamento dos materiais recicláveis (papel, garrafas pet, etc.) disponibilizando para o serviço de coleta da PF;
- p) Otimizar a utilização dos sacos de lixo, cujo fornecimento é de sua responsabilidade, adequando sua disponibilização quanto à capacidade e necessidade, esgotando dentro do bom senso e da razoabilidade o seu volume útil de acondicionamento, objetivando a redução da destinação de resíduos sólidos, de acordo com a legislação vigente;
- q) Respeitar as Normas Brasileiras – NBR publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas sobre resíduos sólidos;
- r) Observar que os bens sejam constituídos, no todo ou em parte, por material reciclado, atóxico, biodegradável, conforme ABNT NBR – 15448-1 e 15448-2.

5. LEVANTAMENTO DE MERCADO, QUE CONSISTE NA PROSPECÇÃO E ANÁLISE DAS ALTERNATIVAS POSSÍVEIS DE SOLUÇÕES, PODENDO, ENTRE OUTRAS OPÇÕES:

- A) SER CONSIDERADAS CONTRATAÇÕES SIMILARES FEITAS POR OUTROS ÓRGÃOS E ENTIDADES, COM OBJETIVO DE IDENTIFICAR A EXISTÊNCIA DE NOVAS METODOLOGIAS, TECNOLOGIAS OU INOVAÇÕES QUE MELHOR ATENDAM ÀS NECESSIDADES DA ADMINISTRAÇÃO; E**
- B) SER REALIZADA CONSULTA, AUDIÊNCIA PÚBLICA OU DIÁLOGO TRANSPARENTE COM POTENCIAIS CONTRATADAS, PARA COLETA DE CONTRIBUIÇÕES.**

5.1. Conforme detalhado na Nota Técnica da pesquisa de preços, realizou-se pesquisa de mercado de acordo com as determinações dos seguintes normativos: Portaria 1606/2024 - SE MJ/SP e a IN SEGES 65/2021.

5.2. O quadro 1 apresenta os dados utilizados para a confecção do Mapa de Preços da contratação.

Quadro 1: Dados utilizados para construção do Mapa Comparativo de Preços. Processo de aquisição de empresa para manutenção da piscina do Serviço Especial de Canil Central - SECAN/CRD/CGPRE/DICOR/PF. Exercício: 2025

Item	Fornecedor	Parâmetro de pesquisa	Valor do Serviço
1	KC Serviços e Manutenção de Piscinas. CNPJ nº 16.614.449/0001-80	pesquisa com os fornecedores	R\$ 1.500
2	MJ Piscinas. M.J DA SILVA FILHO SERVIÇOS DE LIMPEZA DE PISCINAS – ME	pesquisa com os fornecedores	R\$ 1.350

	CNPJ: 14.327.905/0001-85		
3	Victor Piscinas. Manutenção de Piscinas. CNPJ 00.611.418/0001-35.	pesquisa com os fornecedores	R\$ 1.100
4	Contrato 12_2020-CGAD/DLOG/PF. Manutenção Piscina SECAN.	Contratações similares feitas pela Administração Pública	R\$ 642
Preço Médio			R\$ 1.148
Desvio Padrão			R\$ 325
Coeficiente de variação			28%
Preço Mediano			1.225,00

Fonte: SERVIÇO ESPECIAL DE CANIL CENTRAL - SECAN/CRD/CGPRE/DICOR/PF

5.3. A remuneração anual máxima estimada para pagamento do serviço é de R\$ 16.200,00 (dezesesseis mil e duzentos reais); a mensal, R\$ 1.350,00 (um mil, trezentos e cinquenta reais), de acordo com o mapa de preços da contratação, quadro 2. A metodologia utilizada está detalhada na Nota Técnica da pesquisa de preços.

Quadro 2: **Mapa de Preços da Contratação.** Processo de aquisição de empresa para manutenção da piscina do Serviço

Especial de Canil Central - SECAN/CRD/CGPRE/DICOR/PF. Exercício: 2025

Item	Fornecedor	Parâmetro de pesquisa	Valor da proposta (R\$)
1	KC Serviços e Manutenção de Piscinas. CNPJ nº 16.614.449/0001-80	pesquisa com os fornecedores	R\$ 1.500,00
2	MJ Piscinas. M.J DA SILVA FILHO SERVIÇOS DE LIMPEZA DE PISCINAS – ME CNPJ: 14.327.905/0001-85	pesquisa com os fornecedores	R\$ 1.350,00
3	Victor Piscinas. Manutenção de Piscinas. CNPJ 00.611.418/0001-35.	pesquisa com os fornecedores	R\$ 1.100,00
Preço Mediano			R\$ 1.350,00
Preço Médio			R\$ 1.316,67
Desvio Padrão			R\$ 164,99
Coeficiente de variação			13%
Valor Inexequível: Valores menores do que (valor médio - desvio padrão).			R\$ 1.151,68
Valor Excessivamente elevado: Valores maiores do que (valor médio + desvio padrão).			R\$ 1.481,66

Fonte: SERVIÇO ESPECIAL DE CANIL CENTRAL - SECAN/CRD/CGPRE/DICOR/PF

5.4. Na contratação em análise não foram identificadas situações específicas ou casos de complexidade técnica do objeto que pudessem acarretar a realização de audiência pública para coleta de contribuições a fim de definir a solução mais adequada visando preservar a relação custo-benefício, em face dos serviços serem considerados comuns.

5.5. Desse modo, a solução que atende aos interesses e às necessidades da Administração é a contratação de empresa especializada na prestação de serviço contínuo de manutenção preventiva, limpeza, conservação e monitoramento da piscina de treinamento dos cães do SECAN com o fornecimento de material, sem dedicação exclusiva de mão de obra.

5.6. Por fim, registramos a dificuldade em se obter propostas comerciais, uma vez que há um número pequeno de empresas que prestam serviço nesse seguimento. Há diversos profissionais liberais trabalhando na área. No entanto, mostraram desinteresse em fornecer propostas ou participar do processo de licitação por motivos diversos, mormente, falta de estrutura de pessoal e de materiais e a ausência de documentos legais exigidos para participar de compras públicas.

6. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO, INCLUSIVE DAS EXIGÊNCIAS RELACIONADAS À MANUTENÇÃO E À ASSISTÊNCIA TÉCNICA, QUANDO FOR O CASO, ACOMPANHADA DAS JUSTIFICATIVAS TÉCNICA E ECONÔMICA DA ESCOLHA DO TIPO DE SOLUÇÃO;

6.1. Trata-se de contratação de empresa especializada na prestação de serviço contínuo de manutenção preventiva e de limpeza da piscina de treinamento de cães de trabalho da Polícia Federal, sem dedicação exclusiva de mão de obra, objetivando-se atender à demanda do Serviço de Canil Central da Polícia Federal.

6.2. A piscina objeto do Contrato é de fibra. Possui as seguintes medidas: aproximadamente 8m (oito metros) de comprimento; 3,5m (três metros e cinquenta) de largura; profundidade variável de 1,3m (um metro e trinta) a 1,5m (um metro e cinquenta). O volume aproximado é de 39m³ (trinta e nove metros cúbicos) e está equipada com uma bomba de sucção da marca “DANKA” de 3CV e filtro da marca “ALBACETE”.

6.3. Os serviços de manutenção preventiva e limpeza serão realizados em 02 (duas) visitas semanais, sendo executados normalmente às sextas-feiras, no turno vespertino, e às segundas-feiras, no turno matutino.

6.4. A descrição da solução como um todo abrange:

1. Análise do pH da água da piscina;
2. Análise de cloro residual da água da piscina;
3. Análise da alcalinidade total da água da piscina;
4. Análise microbiológica da água da piscina;
5. Processo de clarificação da água da piscina;
6. Processo de desinfecção e remoção de algas da água da piscina;
7. Remoção de resíduos sólidos em suspensão;
8. Escovação do fundo da piscina;
9. Aspiração do fundo da piscina;
10. Limpeza das bordas da piscina;
11. Retrolavagem dos filtros;

7. ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES A SEREM CONTRATADAS, ACOMPANHADA DAS MEMÓRIAS DE CÁLCULO E DOS DOCUMENTOS QUE LHE DÃO SUPORTE, CONSIDERANDO A INTERDEPENDÊNCIA COM OUTRAS CONTRATAÇÕES, DE MODO A POSSIBILITAR ECONOMIA DE ESCALA;

7.1 Atualmente, SECAN/DIREN/CGPRE/DICOR/PF possui 33 (trinta e três) cães de trabalho. Conforme mencionado acima, a piscina objeto do Contrato é de fibra. Possui as seguintes medidas: aproximadamente 8m (oito metros) de comprimento; 3,5m (três metros e cinquenta) de largura; profundidade variável de 1,3m (um metro e trinta) a 1,5m (um metro e cinquenta). O volume aproximado é de 39m³ (trinta e nove metros cúbicos) e está equipada com uma bomba de sucção da marca “DANKA” de 3CV e filtro da marca “ALBACETE”;

7.2 Os serviços de manutenção preventiva e limpeza serão realizados em **02 (duas) visitas semanais**, sendo executado normalmente às sextas-feiras, no turno vespertino, e às segundas-feiras, no turno matutino. A estimativa das

quantidades de visitas durante a semana foi definida a partir da atual metodologia de trabalho do SECAN. Desse modo, a inclusão de produtos na piscina às sextas-feiras, ocorrendo a retirada deles e a limpeza e aspiração da piscina todas às segunda-feira, pela manhã, permite que se desenvolvam os treinamentos durante a semana com segurança.

7.3 A quantidade de material mínima estimada para a manutenção mensal da piscina é a informada abaixo. Trata-se de montante apresentado pela atual Contratada (Contrato 12/2020-CGAD/DLOG/PF. Manutenção Piscina SECAN. Piscinas Motta Ltda, CNPJ: 00.611.418/0001-35).

3 Kg de Cloro Granulado;
2 Litros de Algicida;
1 Kg de Barilha;
2 Litros de Decantador líquido Floc plus.

8. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO, ACOMPANHADA DOS PREÇOS UNITÁRIOS REFERENCIAIS, DAS MEMÓRIAS DE CÁLCULO E DOS DOCUMENTOS QUE LHE DÃO SUPORTE, QUE PODERÃO CONSTAR DE ANEXO CLASSIFICADO, SE A ADMINISTRAÇÃO OPTAR POR PRESERVAR O SEU SIGILO ATÉ A CONCLUSÃO DA LICITAÇÃO;

8.1. Conforme detalhado na Nota Técnica da pesquisa de preços (SEI [61713031](#)), a remuneração anual máxima estimada para pagamento do serviço é de R\$ 14.040,00 (quatorze mil e quarenta reais); a mensal, R\$ 1.170,00 (um mil, cento e setenta reais), de acordo com o mapa de preços da contratação, quadro 2.

9. JUSTIFICATIVAS PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA SOLUÇÃO, SE APLICÁVEL;

9.1. A natureza do serviço (tamanho da piscina, quantidades de visitas) inviabiliza o parcelamento do objeto.

10. CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES;

10.1. O SECAN possui uma série de contratos vigentes relacionados ao treinamento e ao bem estar dos cães de trabalho. Citamos, como exemplo, os seguintes ajustes:

- 10.1.1 Contrato n.º 30/2020. Objeto: tratadores de cães;
- 10.1.2 Contratado n.º 2/2024. Objeto adestradores de cães;
- 10.1.3 Contrato n.º 36/2024. Objeto: serviço de clínica veterinária.
- 10.1.4 Contrato n.º 10/2022. Objeto: transporte de carga viva.

11. ALINHAMENTO ENTRE A CONTRATAÇÃO E O PLANEJAMENTO DO ÓRGÃO OU ENTIDADE, IDENTIFICANDO A PREVISÃO NO PLANO ANUAL DE CONTRATAÇÕES OU, SE FOR O CASO, JUSTIFICANDO A AUSÊNCIA DE PREVISÃO;

11.1. A aquisição em pauta está alinhada com os Objetivos Estratégicos do Plano Estratégico da Polícia Federal 2024 - 2027, conforme transcrição abaixo, artigo 11, § 1º, nestes termos:

Art. 11. Os objetivos estratégicos da Polícia Federal são metas mensuráveis, de alto nível, as quais descrevem o que a Polícia Federal deseja alcançar dentro de um prazo claramente definido, com funções de:

- I - auxiliar as unidades da instituição a se alinharem com as metas organizacionais; e*
- II - guiar a tomada de decisões e a produtividade.*

§ 1º Os objetivos estratégicos da Polícia Federal são classificados nos seguintes eixos:

I - polícia judiciária: enfrentar a criminalidade com eficiência;

II - polícia administrativa: servir a sociedade com excelência e transparência;

III - governança: transformar a Polícia Federal em uma instituição orientada pela estratégia e governança; e

11.2. A presente demanda encontra-se prevista no PAC/PGC do exercício 2025. **Código no PGC DA UASG:** Documento de Formalização da Demanda 102/2024.

12. RESULTADOS PRETENDIDOS, EM TERMOS DE EFETIVIDADE E DE DESENVOLVIMENTO NACIONAL SUSTENTÁVEL;

12.1 Os quadros funcionais da Polícia Federal não possuem pessoal com atribuição legal para a execução dos serviços em análise.

12.2 A Contratação pretendida proporcionará o cumprimento das atividades de competência do Serviço Especial de Canil Central da Polícia Federal com a eficácia necessária e o menor custo. Conforme consignado acima, essa mão de obra terceirizada viabiliza a manutenção da piscina do SECAN.

13. PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS PELA ADMINISTRAÇÃO PREVIAMENTE À CELEBRAÇÃO DO CONTRATO, INCLUSIVE QUANTO À CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES OU DE EMPREGADOS PARA FISCALIZAÇÃO E GESTÃO CONTRATUAL OU ADEQUAÇÃO DO AMBIENTE DA ORGANIZAÇÃO;

13.1. Conforme consignado nas “Contratações Correlatas e/ou Interdependentes”, o SECAN possui uma gama de contratos relacionados diretamente à manutenção da saúde, ao adestramento/treinamento e ao bem-estar dos animais.

13.2. Portanto, faz-se necessário o monitoramento contínuo dos prazos de vigência desses ajustes, uma vez que a interrupção da prestação de serviços de quaisquer desses contratos pode causar prejuízos às atividades do SECAN.

14. POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS E RESPECTIVAS MEDIDAS DE TRATAMENTO;

14.1 A presente contratação não causa impacto ambiental relevante. A manutenção e a limpeza da piscina, bem como a eliminação dos resíduos orgânicos produzidos durante essa tarefa, ocorrem com segurança e de acordo com a legislação ambiental brasileira.

15. POSICIONAMENTO CONCLUSIVO SOBRE A VIABILIDADE E RAZOABILIDADE DA CONTRATAÇÃO.

15.1 Em face do exposto no presente documento, considera-se viável a contratação pretendida nos moldes da solução apresentada.

16. RESPONSÁVEIS

16.1. Responsável pela Demanda: **Marcelo Azem**, matrícula PF 6.993.

16.2. Membro(s) da Equipe de Planejamento da Contratação: **Marcelo Azem**, matrícula PF 6.993 e **Dimitri Bortoloto Cajazeira**, matrícula PF 6.584.

16.3. Responsável(is) pela Fiscalização: **Osmar Rodrigues Regis**, matrícula PF 15.629 e **Eduardo Teófilo Araújo da Costa Santos**, matrícula PF 20.637.

16.4. Integrante(s) Administrativo(s): **Igor Afonso e Silva**, matrícula SIAPE 2151807, e **Danielle Trindade de Souza**, matrícula SIAPE 1156883.

17. ANEXOS

- 17.1 Propostas comerciais(SEI [61734257](#))
- 17.2 Nota Técnica da Pesquisa de Preços (SEI [61713031](#))
- 17.3 Mapa Comparativo de Preços (SEI [61735889](#))
- 17.4 Relatório de visita técnica (SEI [39953776](#))

18. APROVAÇÃO

18.1. Aprovo este Estudo Técnico Preliminar, conforme dispõe o inciso II, do Art. 14, do Decreto nº 10.024, de 20 de setembro de 2019.

Delegado de Polícia Federal
DIRETOR DA DICOR



Documento assinado eletronicamente por **OSMAR RODRIGUES REGIS, Agente de Polícia Federal**, em 24/06/2025, às 10:11, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **MARCELO AZEM, Chefe de Serviço**, em 24/06/2025, às 13:29, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei4.pf.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0&cv=61712878&crc=544B5568.

Código verificador: **61712878** e Código CRC: **544B5568**.